

Os Bancos Comunitários como Instrumento de Desenvolvimento Socioeconômico de Territórios: Investigando as Singularidades destas Experiências de Finanças Solidárias

Autoria: Jeova Torres Silva Júnior, Sarah Maria da Silva Gonçalves, Ângela Lima Calou

Resumo

Este artigo é resultado de uma investigação realizada entre janeiro e abril de 2006, sobre o estágio – à época – das experiências de bancos comunitários, cujo conceito e forma de operação são novos no âmbito das finanças solidárias. No decurso da pesquisa pode-se conhecer os detalhes do desenvolvimento do Projeto de Apoio aos Bancos Comunitários (que deu origem e financiou esta pesquisa) com recursos da SENAES/MTE e execução do Instituto Banco Palmas, assim como, a importância que tem a entrada do Banco Popular do Brasil nesta articulação para que estabeleça o Banco Comunitário como um serviço *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios. O artigo se propõe, portanto, a expor o estágio da difusão das experiências de Bancos Comunitários, no Ceará, em 2005-2006, e analisar sua contribuição como Instrumento de Desenvolvimento Socioeconômico Territorial. Para facilitar a compreensão do conteúdo do artigo estamos apresentando este documento com cinco seções: a introdução, a análise dos objetivos do projeto de apoio aos bancos comunitários, a metodologia utilizada na captura dos dados, a exposição dos Bancos Comunitários pesquisados e, finalmente, as considerações conclusivas com os resultados da investigação e suas devidas limitações e recomendações.

1. Introdução

1.1 Apontando um Contexto

O Instituto Palmas é uma instituição, com sede em Fortaleza/CE, cuja função é difundir as metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas pelo Banco Palmas no Brasil e no Exterior. No ano de 2005, a idéia de implantação de Bancos Comunitários começou a se consolidar e vários parceiros procuraram o Instituto Banco Palmas com o intuito de constituir uma experiência deste tipo (Banco Comunitário) em várias comunidades de algumas cidades do Brasil: Vila Velha/ES, Vitória/ES, Simões Filho/BA, Paracuru/CE, Palmácia/CE, Santana do Acaraú/CE, Campo Grande/MS e Fortaleza/CE. Mais recentemente tem avançado as relações com o Governo Venezuelano que formalizou convite para implantação de um sistema de moedas sociais naquele país.

Também o Governo Federal brasileiro, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), compreende que um banco comunitário ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local constitui-se no produto catalisador das ações do desenvolvimento nestes territórios. Assim sendo, a SENAES/MTE decidiu investir no apoio à implantação e consolidação de Bancos Comunitários em 04 municípios/comunidades do Estado do Ceará (Fortaleza – Banco Palmas, Palmácia – Banco Serrano, Paracuru – Banco PAR e Santana do Acaraú – Banco BASSA). Desta forma, desde 2005, a SENAES/MTE atua com o Instituto Banco Palmas o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários para a consolidação da metodologia dos Bancos Comunitários e torná-la referência de política nacional de incentivo ao crédito para a produção e consumo local. O Instituto Banco Palmas, tem atuado na consultoria e assessoria na implantação dos Bancos e a SENAES tem financiado e apoiado a ação do Instituto. Em Janeiro de 2006, um outro parceiro, o Banco Popular do Brasil (subsidiária do Banco do Brasil para o segmento de microcrédito e correspondente bancário) se insere no suporte as iniciativas de Bancos Comunitários, através do aporte de recursos financeiros para a formação do fundo de crédito do Banco Comunitário.

Em que pese a atuação destes três agentes externos, a implementação de um Banco Comunitário em uma localidade necessita, principalmente, de uma ação endógena. É a partir do desejo da comunidade que se inicia o processo de implantação do Banco, entretanto alguns requisitos devem ser atendidos, por exemplo: capital financeiro para o fundo de crédito, recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco, organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc) que possa assumir a gestão do banco, pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito e gerente de crédito, e assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade. Assim sendo, o Instituto Banco Palmas vem buscando parceiros que possam financiar partes destas necessidades.

Dando continuidade a este esforço, em 2005, o Instituto Banco Palmas articulou um projeto com Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE, tornando possível que os custos operacionais e de capacitação de agentes e gerentes de crédito fossem assumido. Em seguida, o Instituto Banco Palmas firmou um contrato com Banco Popular do Brasil para garantir o fundo de crédito do Banco Palmas e que este pudesse conceder microcréditos, através de uma nova linha de crédito utilizando a estrutura operacional do Banco Popular do Brasil. Aqui se alcançou a solução para a falta de fundos que alimentem as linhas de crédito do Banco Comunitário e o mais importante: o recurso concedido pelo Banco Popular do Brasil ao Banco Palmas representa a utilização de dinheiro público para viabilizar projetos econômicos locais. No momento que contratos como este passe a ser executado com os demais Bancos Comunitários será um enorme passo na consolidação da metodologia de Bancos Comunitários como Política Pública (SILVA JÚNIOR, 2006).

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar o estágio da difusão das experiências dos 04 Bancos Comunitários, que em 2006 contavam com apoio da SENAES/MTE, e sua contribuição como Instrumento de Desenvolvimento Comunitário. Os resultados da pesquisa *Avaliação da Implantação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará*, foi que deu origem ao artigo. Esta pesquisa foi desenvolvida, em sua primeira etapa, entre Janeiro e Abril de 2006, com financiamento da SENAES/MTE e Instituto Banco Palmas.

Em Fevereiro de 2007, iniciamos a segunda etapa da investigação – resultante do segundo ano de investimento nos Bancos Comunitários realizada pela SENAES – e só teremos os resultados conclusivos desta segunda fase no final de Maio de 2007. Esta segunda etapa de pesquisa amplia o escopo para 08 Bancos Comunitários no Estado do Ceará (analisando a consolidação dos 04 bancos investigados na primeira fase e mais 04 recém implantados) e se chama *Avaliação dos Impactos da Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará, Ano II*. Em virtude de não termos dados conclusivos da segunda fase, propomos este artigo com os resultados das análises da primeira fase de investigação.

Este artigo possui a seguinte estrutura: na próxima seção serão apontados elementos que caracterizam o Banco Comunitário como um serviço *sui generis* de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios. Após isso, nas seções seguintes tem-se a análise dos objetivos do projeto de apoio aos bancos comunitários SENAES/TEM e Instituto Banco Palmas como um instrumento de suporte ao desenvolvimento territorial, uma apresentação dos 04 Bancos Comunitários pesquisados e, finalmente, nas análises considerações finais são apontados com os resultados e análises da investigação.

1.2 Expondo um Conceito

Algumas análises (REDES, 2006a; SILVA JÚNIOR, 2006; FRANÇA FILHO, 2007) tem apontado a singularidade dos Bancos Comunitários. Em Silva Júnior (2006) tem-se que as experiências de Banco Comunitário de Desenvolvimento impedem o seu enquadramento

numa tipologia tradicional e oficial de organizações que atuam com microcrédito e finanças solidárias (SCM – Sociedade de Crédito ao Microempresário, Cooperativa de Crédito, Banco do Povo, Fundos Comunitários, entre outras). As características que se acredita distinguem os Bancos Comunitários destas demais experiências de microcrédito são: *i) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (REDES, 2006a).*

Para França Filho (2007), os bancos comunitários são experiências de economia solidária, e como tal, nos convida a experimentação de um outro tipo de economia (efetivamente a favor do bem estar humano e social). Muitas são as razões indicando sua originalidade. Segundo este autor, devemos reconhecer duas condições que tornam o Banco Comunitário, um tipo de banco e de experiência de microcrédito incomum: a hibridação de economias e a construção conjunta da oferta e da demanda. Destas duas condições, trataremos na seção seguinte.

O Banco Comunitário é, portanto, um projeto de finanças solidárias em apoio as economias populares de municípios com baixo IDH, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Este banco oferece a população excluída quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. Estas experiências se apóiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território, geridos pela própria comunidade.

Talvez não se reconheça o construto de Banco Comunitário com tanta facilidade, mas certamente, ao se expor sobre a experiência pioneira de Banco Comunitário no Brasil, facilitará a compreensão do que são estas organizações de finanças solidárias. Em outras palavras, esta iniciativa primeira é a do Banco Palmas é um banco comunitário que fomenta a geração de trabalho e renda, através da utilização de diversos instrumentos de viabilização de microcrédito aos produtores e consumidores do bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE (SILVA JÚNIOR, 2004). Este projeto surgiu em 1998 como ação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras-ASMOCONP e nestes 09 anos tem criado e aprimorado uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda na comunidade (crédito para produção e consumo com garantias baseadas nas relações de proximidade, cartão de crédito local, crédito para agricultura urbana, clubes de trocas solidárias, moeda social de circulação local).

Com este modelo o Banco Palmas vinha obtendo o reconhecimento, de diversas organizações governamentais, não-governamentais e multilaterais, que tem conseguido ampliar as oportunidades de geração de renda e reduzir a exclusão local com uma metodologia completamente original, coerente, exequível e replicável. Diante disso, o Banco Palmas tem buscado reproduzir esta metodologia em parceria com diversas instituições no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, a partir de 2003 com a fundação do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (SILVA JÚNIOR, 2006).

2. Caracterizando os Bancos Comunitários

Diante dos aspectos conceituais apontados na seção anterior, compreende-se que os Bancos Comunitários possuem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que possibilita o crédito, produção, comercialização e capacitação ao mesmo tempo; e circulação de Moeda Social local no território, complementar à moeda

oficial (Real), que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro, criando um mercado solidário e alternativo entre as famílias.

Com esta caracterização identificada, a metodologia de crédito dos bancos comunitários passou a ser discutida em vários municípios enquanto um instrumento eficaz na geração de renda para os mais pobres, com desenvolvimento territorial e efetiva participação popular. Em decorrência disso, em setembro de 2004 acontece a primeira transferência da metodologia, pelo Instituto Palmas, implantando-se no município de Paracuru, a 70 km de Fortaleza, o Banco PAR com as mesmas características do Banco Palmas. A partir desta data outros bancos comunitários foram sendo criados no Brasil. Ao final de 2005, eram 06 Bancos Comunitários em funcionamento e 09 bancos em processo de implantação em todo Brasil. Isto envolvia, na época, ações em 15 municípios e 04 Estados do Brasil.

Segundo Silva Júnior (2006), um banco comunitário que une – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local, se constitui no produto articulador das ações de organização, mobilização e capacitação dos bairros e municípios proporcionando o seu desenvolvimento sócio, econômico, cultural e ambiental. Complementando esta caracterização, resgatam-se as condições de singularidade das experiências de Banco Comunitário por França Filho (2007). Destarte, temos que os Bancos Comunitários na proposta de atingir o Desenvolvimento Socioeconômico do território onde se insere, convivem numa hibridação de princípios reguladores econômicos e em uma construção conjunta de oferta e demanda.

Em relação à hibridação de princípios econômicos temos: Devido a natureza dos serviços prestados, assim como, pelas suas fontes bastante diversificadas de geração e captação de recursos, os bancos comunitários combinam (ou agenciam) diferentes lógicas na sua dinâmica (ou ação) (FRANÇA FILHO, 2007). Deste modo, um Banco Comunitário é regulado por:

- uma **economia mercantil** – fundada no princípio do mercado auto-regulado Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário. Neste caso, alguns empréstimos para produção ou o uso da moeda social para compra de bilhetes de passagens para o transporte coletivo caracteriza esta economia mercantil.
- Verifica-se, também a regulação do Banco Comunitário por meio de uma **economia não mercantil** – fundada na redistribuição. Em outras palavras, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los. Esta economia não-mercantil se materializa por meio de uma atuação redistributiva dos Bancos Comunitários, quando emprestam a juros subsidiados ou quando se propõem a executar ações de cunho mais assistencial.
- Finalmente, percebe-se no Banco Comunitário a regulação através de uma **economia não monetária** – fundada sobretudo na reciprocidade. Trata-se sobretudo de perenizar os laços sociais, através de uma relação que privilegia a domesticidade, a vizinhança e o valor do laço em detrimento do valor do bem. Encontra-se esta economia, identificada no Banco Comunitários, através do seu modelo de garantia e controle social nos empréstimos ou no uso da moeda social fundamentada nas relações de confiança.

Já em relação a construção conjunta da oferta e da demanda, outra característica essencial do Banco Comunitário, na condição de experiência singular de finanças solidária, identificamos que a atuação do Banco enquanto organização envolve os próprios moradores em um território na condição ao mesmo tempo de profissionais remunerados, gestores do empreendimento e usuários ou beneficiários diretos dos produtos ou serviços ofertados. Isso

cria uma mais valia social no seu território. Este aspecto relevante vem somar-se ao fato de atuarem num campo de atividades cujas demandas não são satisfeitas (e dificilmente poderiam sê-la!!) nem pelo mercado, nem pelo Estado. Portanto, o Banco Comunitário cria produtos sob demanda para seu público e oferta o que se precisa para o Desenvolvimento Socioeconômico do Território, não levando tanto em conta se o produto/serviço oferecido será uma linha de crédito que vai dar um retorno alto do investimento ou apenas cobrir os custos de operação.

Silva Júnior (2006) e França Filho (2007) entendem que a singularidade de um banco comunitário é tentar restaurar laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições de vida mais geral das pessoas nos bairros populares, através de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local. Por meio desta postura o Banco Comunitário tem como atingir o Desenvolvimento Socioeconômico do Território O reconhecimento da especificidade dessas formas de organização torna-se então uma questão de suma importância para o seu desenvolvimento institucional.

Portanto, é com o propósito de melhor definir este projeto de finanças solidárias e apoiar a consolidação dos Bancos Comunitários em outros municípios do Brasil, que o Instituto Banco Palmas junto com a SENAES/MTE construiu o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. Este projeto tinha como objetivos, especificamente, formatar a metodologia dos bancos comunitários de modo conceitual e operacional e implementá-la - como piloto - em 04 municípios do Estado do Ceará (Fortaleza, Palmácia, Paracuru e Santana do Acaraú). Tudo isto tem como o macro propósito de permitir que os Bancos Comunitários estabeleçam sua gestão de modo eficiente e contribua para o desenvolvimento dos territórios onde estão estabelecidos.

2.1 Uma Tecnologia de Desenvolvimento Territorial

Metodologicamente, para atingir este objetivo, inicialmente realiza-se um seminário de sensibilização sobre desenvolvimento territorial e economia solidária para os futuros gerentes e agentes de crédito a serem capacitados, além de moradores e lideranças comunitárias onde serão implantados os bancos comunitários. Em seguida, é executado um programa de capacitação iniciando com o ABC do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, que consiste em uma sensibilização de 20h, feita de forma massiva para 300 moradores e lideranças, produtoras e produtores.

Ainda inserido no programa de capacitação é realizado um curso de formação modular para os gerentes de desenvolvimento (gerentes de crédito) e um curso de formação de agentes comunitários de desenvolvimento local e economia solidária (agentes de crédito). Após a conclusão da capacitação teórica, inicia-se o processo de envolvimento prático de campo. Esse trabalho é acompanhado pelo gerente de crédito com duração de 12 meses. Nesta fase o agente de crédito recebe uma bolsa do projeto. Ao mesmo tempo, são executadas ações de sensibilização para os comerciantes e produtores do local aceitarem a moeda social circulante local. Em seguida o Banco começa a funcionar com a liberação dos primeiros créditos. Lembrando que tanto na liberação quanto na cobrança o controle é da comunidade (as garantias são baseadas nas relações de confiança entre os vizinhos, controle social no modo de cobrança dos empréstimos). Não há aval solidário, não se exigem garantias reais, assim como, não são consultadas as listas de restrições ao crédito.

Em que se pese esta metodologia está bem delimitada, o Instituto Banco Palmas tem procurado torná-la mais sólida e dar-lhe um caráter científico. Destarte, foi realizado em Fortaleza/Ce, em janeiro de 2006, um seminário para sistematização da metodologia de bancos comunitários, apresentação dos resultados e levantamento de expectativas para a continuidade do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. A primeira fase do

projeto foi encerrada em 2006 com uma avaliação que considera os objetivos específicos do projeto e os resultados alcançados nas etapas anteriores para verificar o seu êxito.

De acordo com Redes (2006a), na gestão do Banco Comunitário são considerados alguns indicadores que são indispensáveis para se chegar a um entendimento do que é satisfatório no desenvolvimento territorial da comunidade onde se instalou o banco: i) a comunidade deve ter fortalecido seu processo de organização e representação social como reforço as organizações da sociedade civil existentes e recém constituídas; ii) processos de capacitação das lideranças locais devem ser executados para torná-las capazes de conduzir programas e projetos que promovam a geração de trabalho e renda; iii) a comunidade local deve ser sensibilizada para a necessidade de preservação do meio ambiente, criando condições concretas para que os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza e todos seus ecossistemas; e, iv) sistemas locais de produção e consumo devem ser implantados – dentro dos princípios da economia solidária, do comércio justo, da produção sustentável e das finanças solidárias – para que o desenvolvimento territorial, participativo e sustentável esteja alicerçado na distribuição de renda e das riquezas.

O último passo dado para a solidificação dos processos de gestão social desses Bancos Comunitários foi a criação da Rede de Bancos Comunitários. Conforme Rede (2006b), a rede contribui para troca de experiências, saberes e articular recursos e parcerias para que todos os bancos comunitários possam crescer de modo conjunto. Integraram a Rede de Bancos Comunitário, na sua constituição – janeiro de 2006 – os seguintes bancos comunitários: I. Do Estado do Ceará (Banco Palmas, Banco Serrano, Banco PAR e BASSA); e II. Outras experiências assessoradas pelo Instituto Banco Palmas, no país, com bancos comunitários já fundados (Banco BEM de Vitória/ES, Banco Terra de Vila Velha/ES) ou em fundação (Banco BEM de Maranguape/CE, Banco EcoLuzia de Simões Filho/BA e Banco Guia de Salvador/BA).

Nesta caracterização do que são Bancos Comunitários Banco Comunitário, importa lembrar que se trata de um projeto de apoio as economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo a população excluída do sistema financeiro quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. Assume-se, então, um destacado papel de promotor do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território.

É certo que o sistema financeiro internacional, com destaque para a América Latina, tem se mostrado a cada dia mais excludente e promotor de desigualdades sociais. Por um lado acumulam-se bilhões nas mãos de banqueiros e de outro lado, milhões de pessoas se encontram sem acesso ao crédito, aos serviços bancários e a políticas financeiras que apontem na distribuição de renda. Exemplo disso é a cidade de Fortaleza, onde 76 % da população sequer tem uma conta bancária (IPDC, 2006), ou ainda, o que confirma o cadastramento nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária que identificou o acesso ao crédito como um dos dois maiores problemas apontados pelos trabalhadores desse setor (SENAES, 2006).

Conseqüentemente, o Banco Comunitário é uma política de finanças solidária que pode contribuir na minimização destas dificuldades, pois se constitui em um serviço comunitário que incentiva as ações do desenvolvimento socioeconômico comunitário nos territórios onde está implantado, financiando produtores, comerciantes e consumidores, e ampliando a capacidade da comunidade para a incorporação dos valores e princípios da Economia Solidária. No desenvolvimento de suas ações os Bancos Comunitários relacionam-se

diretamente com as políticas públicas de assistência e distribuição de renda do governo federal, estadual e municipal, sendo por isso importante a participação do município no apoio das atividades do Banco.

A seguir serão descritos os aspectos relativos à forma de captura de dados e todo o roteiro de acompanhamento aos bancos que nos levaram as análises avaliativas para chegarmos aos resultados que se apresentam neste artigo

3. Acompanhando os Bancos Comunitários – A Metodologia da Pesquisa

3.1 Coletando dados

Para viabilizar este artigo que se propõe a expor *Os Bancos Comunitários como Instrumento de Desenvolvimento Socioeconômico de Territórios: Investigando as Singularidades destas Experiências de Finanças Solidárias*, fez-se uso de técnicas de pesquisa que primam pela validação de dados. Em outras palavras, esta validação ocorre através da triangulação das fontes de dados, onde se dá a confirmação das informações. Esta triangulação se efetiva depois que os dados obtidos através de documentos oficiais são cruzados com informações levantadas em entrevistas com pessoas envolvidas na atividade investigada e ratificada em observações diretas sobre o objeto pesquisado.

Portanto, a compreensão que se alcançou dos resultados das experiências dos Bancos Comunitários surgiu, fundamentalmente, do emprego de: *pesquisa de ordem documental*, com consultas ao banco de dados do Instituto Banco Palmas, além de busca dados complementares nas instituições envolvidas no projeto; *pesquisa bibliográfica*, através de consultas e análises críticas de literatura que tratassem das temáticas Microfinanças e Economia Solidária; e *pesquisa de campo*, na qual utilizamos desde entrevistas semi-estruturadas com todos os gerentes e agentes de crédito dos Bancos Comunitários de Palmácia/CE, de Paracuru/CE, de Santana do Acaraú/CE, do Conjunto Palmeiras (Fortaleza/CE), Vila Velha/ES e Vitória/ES aliadas à observação direta. Outrossim, entrevistamos o Sr. João **Joaquim Melo Neto**, Diretor Presidente do Instituto Banco Palmas – em duas oportunidades – e, uma vez, o Sr. Antonio **Valdir Oliveira Filho**, Gerente de Microcrédito do Banco Popular do Brasil.

A investigação começou em **27 de dezembro de 2005** com a primeira entrevista com o Sr. Joaquim Melo. Na oportunidade buscamos esclarecimentos sobre o projeto, um detalhamento sobre as ações executadas e as perspectivas para a renovação da parceria com a SENAES/MTE. Esta entrevista foi fundamental para se entender os objetivos do *Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários* e agendarmos as visitas às cidades de Paracuru, Palmácia e Santana do Acaraú para visita aos bancos comunitários locais. Já a conclusão da pesquisa ocorreu em 19 de abril de 2006 com a entrevista do Gerente de Microcrédito do Banco Popular do Brasil (Sr. Valdir Filho). Naquela oportunidade, se buscou perceber o que pensava o Banco Popular do Brasil sobre o estágio atual da parceria com o Banco Palmas e as perspectivas em relação aos demais bancos comunitários.

No mesmo dia da primeira entrevista, consultou-se o documento original do projeto que formalizou a parceria entre Instituto Banco Palmas e SENAES/MTE. Também se acessou a **Carta dos Prefeitos** que representa um símbolo na deflagração do processo de instalação dos bancos comunitários em 12 municípios do Estado do Ceará. Esta carta foi assinada e entregue ao Secretário Nacional de Economia Solidária – Prof. Paul Singer, em 12 de outubro de 2005, no Seminário de Lançamento do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários realizado pelo Instituto Banco Palmas. Além do Secretário da SENAES/MTE – Prof. Paul Singer, o evento contou com a presença do Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) – Humberto Oliveira, de diversas lideranças do movimento social e de representantes do poder público de alguns municípios do

Estado do Ceará, dentre eles das cidades que subscreveram a carta (Beberibe, Fortaleza, Itapipoca, Maracanau, Maranguape, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Quixadá, Santana do Acaraú, São Gonçalo do Amarante e Trairi).

No dia **04 de janeiro de 2006**, realizou-se a segunda entrevista com o Sr. Joaquim Melo, onde se discutiu como estava a assessoria do Instituto Banco Palmas entorno da operacionalização dos bancos comunitários que já estão em funcionamentos (Banco Serrano, Banco PAR e BASSA) e o convenio com o Banco Popular do Brasil. Ainda neste dia, foi entrevistada uma agente de crédito do Banco Palmas, Srta. Jaqueline Dutra, para compreender a repercussão na carteira de crédito e na concessão de crédito após o apoio da SENAES/MTE e do aporte de recursos pelo Banco Popular do Brasil.

Uma oportunidade de tomar contato com os bancos comunitários foi durante a participação na 1º Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários que ocorreu na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, em **14 de janeiro de 2006**. Metodologicamente para esta pesquisa, este encontro representou um momento de se avaliar o estágio em que se encontravam os bancos comunitários que se fizeram presentes (Banco Palmas, Banco Serrano de Palmácia/CE, Banco PAR de Paracuru/Ce, BASSA de Santana do Acaraú/CE, Banco BEM de Vitória/ES, Banco Terra de Vila Velha/ES, Banco BEM de Maranguape/CE, Sistema de Crédito de Santa Luzia/Simões Filho/BA e Programa Viva Nordeste de Salvador/BA) e entrevistar alguns dos representantes do poder público que estivessem acompanhando o evento.

A relevância deste evento se sobressai ao se perceber a presença dos representantes do poder público federal (Membros da SENAES/MTE e da DRT-CE/MTE), estadual (Membros da Assembléia Legislativa) e municipal (Prefeitos e secretários municipais das prefeituras envolvidas), além do Ministro da Economia Popular (MINEP) do Governo da Venezuela, Sr. Elías Jaua Milano. Oportunamente, entrevistou-se o Prefeito Municipal de Palmácia/CE, Sr. José Antonio Desidério para investigar qual o nível de compromisso da prefeitura local com o Banco Serrano – banco comunitário da cidade, quais os investimentos futuros para incentivar as práticas de economia solidária no município e qual a avaliação do prefeito quanto ao estágio da assessoria do Instituto Banco Palmas junto a Associação para o Desenvolvimento Solidário de Palmácia – associação local que administra o Banco Serrano.

Além disso, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2006, ocorreram visitas as comunidades que abrigavam bancos comunitários e entrevistou-se os principais públicos envolvidos com estas organizações em cada território. Dias antes, **09 e 10 de janeiro de 2006**, visitou-se Paracuru/CE para conhecer a comunidade de Nova Esperança e Riacho Doce, onde fica sediado o Banco PAR. Nestes dias, foram consultados alguns documentos do Banco PAR, dentre estes: o resultado da avaliação do ano de 2005 e o planejamento das ações do banco para 2006. Ademais, entrevistou-se o Coordenador Geral (Sr. Francisco Santos) da Associação Banco PAR de Inclusão Social e Desenvolvimento Local – organização que administrar o banco, a Agente de Crédito do Banco PAR (Sra. Andréia Melo), as Assistentes Sociais (Srtas. Helma Rodrigues e Heloisa Duarte) do Centro de Referência de Ação Social – instituição parceira do banco – e a Secretária de Desenvolvimento Social (Sra. Welna Saraiva) da Prefeitura Municipal de Paracuru – uma das instituições mantenedoras do banco.

Pouco mais de uma semana depois, em **19 de janeiro de 2006**, o destino foi a cidade de Palmácia para conhecer a experiência do Banco Serrano, visitar alguns estabelecimentos para perceber o nível de aceitação da moeda social local e entrevistar a Presidente (Sra. Nazaré Castro) da Associação de Desenvolvimento Solidário de Palmácia – organização que abriga e gerencia o Banco Serrano, a Agente de Crédito do banco (Sra. Dinah Silva) e as Assistentes Sociais do Centro de Referência de Ação Social-CRAS (Srtas. Luciane e Carliana Carvalho).

O CRAS é a unidade de atendimento municipal das políticas de ação social do Governo Federal. Estas instituições fazem parte do Sistema Único da Assistência Social-SUAS que, por sua vez, é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social-MDS. Tanto em Paracuru quanto em Palmácia, o CRAS contribuiu na constituição dos bancos locais. Isto foi identificado na cessão de espaço físico para o funcionamento dos bancos, na liberação de recursos para a composição do fundo de apoio aos empreendimentos produtivos locais e no auxílio à operacionalização do banco.

Em **26 de janeiro de 2006**, procurou-se o Banco Solidário de Santana do Acaraú-BASSA. A intenção era conhecer a trajetória deste banco comunitário que tem a sua origem distinta dos demais bancos observados, por estar relacionada ao Fórum dos Assentamentos de Santana de Acaraú. Apesar de ter uma sede na cidade de Santana do Acaraú, é no interior do município – nos assentamentos – que o BASSA se apóia. Por esta particularidade, o BASSA tem como parceiros o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA/MDA e uma organização de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – a Terra Três presta assessoria aos assentamentos de Santana. No dia em que se esteve na cidade, ocorreu o encontro mensal do Fórum dos Assentamentos – organização, legalmente instituída, que administra o BASSA – e foi apresentada a moeda social (Santana\$) que circulará na cidade e nos assentamentos. Para esta pesquisa foi entrevistado o Gerente de Crédito e Presidente do Fórum (Sr. Valceli Cordeiro) para avaliar as ações até aquele momento e as expectativas para o futuro, a Presidente da Câmara de Vereadores e Consultora da Terra Três (Sra. Sandra Farias) para identificar as origens do BASSA e as intenções de investimento do poder público neste empreendimento solidário. Ainda acompanhou-se o encontro do fórum e analisou-se alguns documentos que o normatiza, como o seu estatuto.

3.2 Validando Informações

No período seguinte de **06 de fevereiro até 30 de março de 2006**, a orientação foi cruzar os dados, validar as informações e checar com o Diretor Presidente do Instituto Banco Palmas (Sr. Joaquim Melo) algumas informações obtidas nas entrevistas e nos documentos dos bancos comunitários para facilitar a elaboração da primeira versão de um documento com os resultados desta pesquisa.

Com o objetivo de concluir a investigação e o documento final da pesquisa – que serve de base para este artigo, acompanhou-se a participação da Rede de Bancos Comunitários na I Mostra de Cultura e de Economia Solidária (Evento promovido em conjunto pela SENAES/MTE, Ministério da Cultura e Ministério do Turismo), que se realizou no Pavilhão da Bienal, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo/SP, de **05 a 09 de abril de 2006**. Foi importante acompanhar este evento, pois serviu para referendar o desejo dos bancos comunitários em se integrarem na forma de uma Rede Nacional que compartilhe experiências, recursos e estratégias.

Os bancos comunitários do Espírito Santo (Banco Terra – Vila Velha e Banco Bem – Vitória), da Bahia (Banco Comunitário Eco-Luzia – Simões Filho) e do Ceará (Banco Palmas – Fortaleza, Banco Serrano – Palmácia, Banco PAR – Paracuru e BASSA – Santana do Acaraú) vieram para o evento em caravana com direito a um stand e divulgando o seu primeiro produto em comum: uma cartilha para conceituar, caracterizar e apresentar os bancos comunitários que foi construída através de a produção coletiva a partir dos resultados da Oficina realizada em Fortaleza/Ce, no dia 14 de janeiro. Durante os dias 05 e 09 de abril acompanhou-se a oficina da rede e alguns encontros para finalizar a definição e as estratégias de funcionamento de bancos comunitários para definitivamente fortalecer uma política de implantação de bancos comunitários. A série de reuniões e encontros culminou com a aprovação do projeto de criação e consolidação de 60 bancos comunitários, a partir do

segundo semestre de 2006, além da afirmação da própria Rede de Bancos Comunitários como espaço de articulação e promoção institucional.

Buscando qualificar mais esta pesquisa que culmina no artigo sobre *Os Bancos Comunitários como Instrumento de Desenvolvimento Socioeconômico de Territórios: Investigando as Singularidades destas Experiências de Finanças Solidárias* procurou-se validar informações acerca do Convênio entre o Banco Popular do Brasil e o Instituto Banco Palmas, que se constitui em um importante instrumento de alavancagem da concessão de microcréditos e de inclusão social. Assim como, pode representar um aliado representativo na definição de uma política pública de bancos comunitários. Para perceber o que pensa o Banco Popular do Brasil sobre o estágio atual da parceria com o Banco Palmas e as perspectivas em relação aos demais bancos comunitários, entrevistou-se, no dia **19 de abril de 2006**, o Gerente de Microcrédito do Banco Popular do Brasil (Sr. Valdir Filho).

3.3 Construindo conhecimento

Por fim, nos dias **20 e 21 de abril de 2006**, cruzou-se uma versão preliminar do relatório da investigação produzido em março com as novas informações, incluiu-se e validou-se alguns dados, e – finalmente – chegou-se a versão final do relatório da pesquisa sobre o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários que serviu de base para este documento. Assim sendo, dando continuidade ao artigo passa-se a próxima seção, onde serão expostas informações que apresentam os bancos comunitários pesquisados.

4. Apresentando os Bancos Comunitários Investigados

Esta seção pretende trazer uma apresentação com história e um breve perfil (estrutura organizacional, tempo de existência, principais produtos, serviços, dificuldades, perspectivas, uso de moeda social) de cada banco comunitário visitado: Banco Palmas, Banco PAR, Banco Serrano e BASSA. Mesmo não sendo o foco da pesquisa, outros bancos comunitários (Banco Bem e Banco Terra) serviram de objeto desta investigação, através de entrevistas e material de divulgação acessados nos eventos da Rede de Bancos Comunitários. Inicialmente, todos os bancos estão mostrados na tabela 01 abaixo.

Tabela 01 – Banco Comunitário em Funcionamento

MUNICÍPIO / ESTADO	COMUNIDADE DE ATUAÇÃO	BANCO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SERVIÇOS OFERECIDOS
Fortaleza/CE	Conjunto Palmeira (30.000 hab.)	Banco Palmas	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira	Microcrédito, moeda social circulante, feiras, central de comercialização, capacitação profissional
Santana do Acaraú/CE	Todo o Município (26.000 hab.)	Banco BASSA	Fórum dos Assentamentos de Santana do Acaraú	Moeda Social circulante
Palmácia/CE	Todo o Município (10.000 hab.)	Banco Serrano	Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Palmácia	Microcrédito, moeda social circulante e feiras
Paracuru/CE	Boa Esperança e Riacho Doce (3.500 hab.)	Banco PAR	Associação Banco PAR de Desenvolvimento e Economia Solidária	Microcrédito, moeda social circulante, capacitação profissional
Vitória/ES	Bairro da Penha, São Benedito, e Itararé (22.000 hab.)	Banco BEM	Associação de Artesãos Ateliê de Idéias	Microcrédito, crédito para reforma de moradia, moeda social circulante, capacitação profissional
Vila Velha/ES	Barro Vermelho (10.000 hab.)	Banco Terra	Movimento Vida Nova Vila Velha	Microcrédito, moeda social, capacitação profissional e Feira de Economia Solidária

Fonte: Adaptado de Rede (2006a)

Em seguida será exposto um detalhamento maior que ajuda a caracterizar cada banco comunitário visitado nesta investigação.

4.1 Banco Palmas

Em janeiro de 1998, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras-ASMOCONP criou o Banco Palmas como estratégia para enfrentar o desemprego, gerando localmente oportunidades de trabalho e renda para os moradores do Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza/CE. O Banco Palmas (ver tabela 2) é uma ferramenta de finanças popular que atua seguindo os princípios e valores da Economia Solidária. O Banco desenvolveu um sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), instrumentos de consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante – o Palma\$) e alternativas de comercialização (feiras e lojas solidárias), promovendo localmente geração de emprego e renda para diversas pessoas.

Tabela 2 – Perfil do Banco Palmas

Organização gestora	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
Tempo de existência	09 anos (desde janeiro de 1998)
Equipe	Coordenador geral, gerente de crédito e 03 agentes de crédito.
Número de clientes ativos	2.000
Valor da carteira ativa	R\$ 350.000,00
Principais serviços	Linhas de crédito produtivo, consignado, para consumo, para agricultura urbana, para pagamento de contas de água e luz; moeda social; e feiras solidárias.
Moeda social	Palma\$
Montante em circulação	P\$ 30.000,00
Área de abrangência	Conjunto Palmeira, São Cristóvão, São João, Santa Filomena e João Paulo II.
Principais parceiros	Banco Popular do Brasil, SENAES/MTE, IAF-InterAmerican Foudation, Ashoka Empreendedores Sociais, Fundação Banco do Brasil.

Uma das ações do Banco Palmas, em 2002, foi a criação de uma moeda social que passou a circular no comércio local. Os Palma\$ são lastreados em moeda nacional, o Real (R\$). Em outras palavras, para cada moeda social Palma\$ emitida existe, no Banco Palmas, um valor correspondente em Reais (R\$). Os produtores e produtoras, comerciantes ou qualquer morador do bairro podem adquirir um empréstimo em Palma\$, para isso não é cobrada nenhuma taxa de juro. A moeda social se relaciona diretamente com o sistema de créditos tradicional do Banco Palmas (em Reais (R\$)), permitindo que os tomadores do crédito optem por uma ou outra moeda quando vão quitar seus créditos. Essa medida objetiva ampliar o interesse dos produtores, produtoras, comerciantes, prestadores e prestadoras de serviços locais pela moeda Palmas. É possível, para uma produtora ou produtor associado que tenha acumulado muito Palma\$, a troca de parte dos seus Palma\$ por Reais (R\$).

Já em julho de 2005, o circulante Palma\$ era aceito para a compra de produtos e serviços e para o pagamento de diversas necessidades da população do bairro e na maioria dos serviços contratados pagar com o circulante local é mais barato. Uma iniciativa que impulsionou a demanda por Palma\$ foi a emissão de uma moeda específica para o transporte coletivo – os Palma\$ Passagem Solidária. Isso facilita e estimula os moradores a trocarem Reais (R\$) por Palma\$ Passagem Solidária, por se tratar de um produto específico e direcionado para o pagamento de passagem com desconto.

Até janeiro de 2006, a ASMOCONP conseguiu a adesão de setores estratégicos para o bairro: a Associação dos Empreendimentos Solidários do Conjunto Palmeira que agrega cerca de 60 estabelecimentos comerciais do bairro que passou a fazer uma campanha de convencimento para o consumo no bairro; o distribuidor local de gás GLP (o gás de cozinha); o Sindicato do Transporte Alternativo (SINDIVANS) que garante um desconto no preço das passagens

quando pagas em Palma\$. Esta última, foi uma iniciativa que impulsionou a demanda por Palma\$ foi a emissão de uma moeda específica para o transporte coletivo – os Palma\$ PASSAGEM SOLIDÁRIA. Isso facilita e estimula os moradores a trocarem Reais (R\$) por Palma\$ PASSAGEM SOLIDÁRIA, por se tratar de um produto específico e direcionado para o pagamento de passagem com desconto.

Enfim, o reconhecimento, no final de 2005, do Banco Palmas como Tecnologia Social – pela Fundação Banco do Brasil – confirmou os propósitos e as oportunidades geradas por este banco comunitário nos seus 08 anos de existência e de sua capacidade de replicação.

4.2 Banco PAR

Em setembro de 1998, o Banco PAR – Banco Comunitário de Paracuru (ver tabela 3, na página seguinte) foi fundado nas comunidades de Riacho Doce e Nova Esperança, na cidade de Paracuru/CE. A Associação Banco PAR de Inclusão Social e Desenvolvimento Local faz a gestão deste banco comunitário, mas ainda conta com a assessoria do Instituto Banco Palmas para operacionalizar suas atividades. O Banco PAR surgiu com apoio da Prefeitura Municipal de Paracuru, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e com recursos iniciais do orçamento do CRAS local. Desde os primeiros meses de funcionamento, o Banco PAR operou uma linha de crédito para a produção e com uma moeda social de incentivo ao comércio local, a moeda PAR.

A linha de crédito orientado para a produção tem como foco os empreendedores dos bairros de Riacho Doce e Nova Esperança, comunidades que foram escolhidas para serem atendidas pelo banco comunitário, pelas difíceis condições socioeconômicas nas quais vivem as populações destes locais. Esta linha de microcrédito de até R\$ 1.000,00 (Mil Reais) parcelada em até 06 vezes, possui juros baixos (0,5% a 1,0% a.m.) e preza pelo controle social – sem consulta as listas de restrições cadastrais. O Banco PAR já realizou nos seus 15 meses de existência, 145 operações de crédito junto aos moradores daquelas comunidades.

O Banco PAR, também, opera com uma moeda social circulante local (PAR) com lastro em Reais (R\$) que, do ponto de vista metodológico, funciona da mesma maneira que os Palma\$, no Conjunto Palmeira. Contudo, a distinção está no fato do lastro – no caso do PAR – estar relacionado com uma política pública de inclusão social e distribuição de renda implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Paracuru-SDS. A prefeitura local até setembro de 2004 distribuía cestas básicas para as famílias de baixa renda de Riacho Doce e Nova Esperança do mesmo modo como procedia para as famílias das outras comunidades do município. Em outras palavras, as cestas eram compradas em um fornecedor fora do município que garantia preços mais acessíveis. Essa ação não gerava nenhuma riqueza para as comunidades que tinham famílias beneficiadas (Nenhum produtor, ou comerciante do bairro se beneficiava com a compra das cestas).

Assim sendo, com a constituição Banco PAR, os recursos financeiros destinados as cestas básicas das famílias de Riacho Doce e Nova Esperança foram repassados para este banco comunitário servindo de lastro para o circulante PAR. As famílias beneficiadas – selecionadas exclusivamente por critérios da SDS – podem ir até o Banco e acessar o PAR. Com esta moeda social, as famílias compram os produtos que desejarem nas pequenas mercearias do comércio de Riacho Doce e Nova Esperança. Isso contribui para ampliar a geração de renda no local, o que é a missão do Banco PAR. Nos meses em que as cestas são distribuídas chega-se a 2.000,00 (dois mil pares) em circulação.

Além destes serviços, o banco comunitário realiza uma feira solidária para facilitar a comercialização dos produtos locais. Até junho de 2005, havia a dependência de recursos municipais e de outras parcerias para viabilizar a feira, o que provoca a sua não realização quando algum parceiro não podia apoiar. Desde agosto de 2005, o Banco PAR conseguiu a

aprovação de um projeto junto a Coordenadoria Ecumênica de Serviços-CESE – uma organização de Salvador/BA que apóia empreendimentos da economia solidária – recursos financeiros para viabilizar a realização da feira com frequência.

Ainda em 2005, gerente e agentes de crédito do Banco PAR receberam capacitação por conta do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, através da parceria Instituto Banco Palmas-SENAES/TEM. Esta parceria garante, também, o pagamento mensal de um agente de crédito deste banco comunitário. Já em janeiro de 2006, o Banco PAR realizou uma oficina de clube de trocas solidárias com moradores das comunidades para sensibilizá-los em práticas contínuas de economia solidária. A principal expectativa do Banco PAR para o ano de 2006 é a concretização de um convênio com o Banco Popular do Brasil, similar ao que já ocorre com o Banco Palmas, para expandir o *funding* do banco comunitário.

Tabela 3 – Perfil do Banco PAR

Organização gestora	Associação Banco PAR de Inclusão Social e Desenvolvimento Local
Tempo de existência	02 anos (desde setembro de 2004)
Equipe	Gerente de crédito, agente de crédito, 02 assistentes sociais, 02 psicólogas e 01 educador social.
Número de clientes ativos	200
Valor da carteira ativa	R\$ 20.000,00
Principais serviços	Linha de crédito produtivo; moeda social; clube de trocas solidárias e feiras solidárias.
Moeda social	PAR\$
Montante em circulação	PAR\$ 3.000,00
Área de abrangência	Riacho Doce e Nova Esperança.
Principais parceiros	SDS/Prefeitura Municipal de Paracuru, Instituto Banco Palmas, SENAES/MTE, CESE e CRAS.

4.3 Banco Serrano

Em 17 de dezembro de 2005, seguindo um processo muito próximo ao do Banco PAR, foi inaugurado o Banco Serrano em Palmácia/CE (ver tabela 4, na página seguinte). A Associação para o Desenvolvimento Solidário de Palmácia assume a gestão do banco que pretende fortalecer a produção e comércio local para proporcionar a melhoria da renda da população do município. Mas a história do Banco Serrano começa meses antes, em maio de 2005. Naquele período, a Prefeitura Municipal de Palmácia, através da Secretaria de Ação e Desenvolvimento Social-SADS buscava formas de estimular o empreendedorismo e a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda local.

Desta forma, o poder público municipal (Prefeitura, SADS e CRAS) buscou assistência no Instituto Banco Palmas para assessorá-los em na elaboração e efetivação de um produto que pudesse atender a demanda acima citada. Imediatamente o Instituto Banco Palmas passou a assessorar o município de Palmácia na implantação de um banco comunitário que se transformou na solução para a proposta do governo municipal de Palmácia.

No período de estruturação do Banco Serrano, de maio a novembro de 2005, Instituto Banco Palmas atraiu o apoio da SENAES/MTE através do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários e incentivou a inserção de moradores para assumirem a concepção e gestão do banco. Neste momento, foi formada a Associação para o Desenvolvimento Solidário de Palmácia, identificados os agente e gerentes de crédito e realizada a capacitação dos responsáveis pela gestão do Banco Serrano. Por volta de setembro de 2005 foram planejados os produtos a serem oferecidos pelo banco comunitário de Palmácia (uma linha de microcrédito a ser operada a partir do início de 2006 e uma moeda social local – o Palmeiras). Em seguida, iniciou a sensibilização dos comerciantes da cidade para aceitação do Palmeiras e a disposição para receber Palmeiras ocorreu em estabelecimentos de diversos setores (bares, armazéns, mercadinhos, depósito de construção, posto de combustível e até cartório).

Portanto, em dezembro de 2005, com a fundação do banco comunitário começou a operação com as moedas sociais e os moradores de Palmácia passaram a consumir na cidade com Palmeiras. Já em 22 de fevereiro de 2006 foram liberados os primeiros créditos beneficiando 09 famílias produtoras do município. Os recursos advieram do Convênio com o Banco Popular do Brasil e estes créditos foram aprovados com método de análise semelhante ao utilizado pelo Banco Palmas. Por fim, para o restante ano de 2006, existe a expectativa da criação de uma fábrica de doces a ser financiada pelo Banco Serrano e que geria alguns empregos na cidade. Além disso, o convênio com o Banco Popular do Brasil também está sendo assinado com o Banco Serrano.

Tabela 4 – Perfil do Banco Serrano

Organização gestora	Associação para o Desenvolvimento Solidário de Palmácia
Tempo de existência	01 ano (desde dezembro de 2005)
Equipe	Gerente de crédito, agente de crédito, 02 assistentes sociais.
Número de clientes ativos	30
Valor da carteira ativa	R\$ 3.500,00
Principais serviços	Linha de crédito produtivo; e moeda social.
Moeda social	Palmeiras
Montante em circulação	400,00 Palmeiras
Área de abrangência	A sede do município de Palmácia.
Principais parceiros	SADS/Prefeitura Municipal de Palmácia, Instituto Banco Palmas, SENAES/MTE e CRAS.

4.4 Banco Solidário de Santana do Acaraú – BASSA

O Fórum de Assentamentos de Santana de Acaraú existe desde 2002 para articular as ações de desenvolvimento local de 11 assentamentos do município. Nos primeiros meses de 2005, o fórum passou a buscar estratégias que pudessem propiciar este desenvolvimento socioeconômico através ações concretas e contínuas. Inicialmente, o fórum – assessorado pela ATER Terra Três – inseriu-se no programa da merenda escolar do município, vendendo produtos agropecuários à prefeitura de Santana do Acaraú. Criou-se aqui um canal de comercialização que é uma das maiores dificuldades dos empreendimentos solidários.

Em meados do mesmo ano, durante um seminário que integrava o Programa TerraSol do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária-INCRA-CE o fórum questionou como chegar ao desenvolvimento local aliado aos princípios de uma economia mais justa e solidária. Com o intuito de avançar esta discussão o INCRA-CE procura apoiar-se na experiência do Instituto Banco Palmas para se alcançar a resposta da pergunta que inquietava o Fórum de Assentamentos de Santana de Acaraú.

Com a inserção do Instituto Banco Palmas surge espaço para uma assessoria e com ela a possibilidade de se estruturar um banco comunitário gerido pelo fórum. Desta forma, durante o segundo semestre de 2005, inicia-se o programa de sensibilização para a economia solidária e a capacitação de gerentes e agentes de créditos que irão gerir o banco comunitário de Santana do Acaraú – o BASSA (ver tabela 5). Neste momento, já contando com o suporte do Instituto Banco Palmas e SENAES/MTE, via Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. A Prefeitura de Santana do Acaraú também se integra ao processo apoiando a iniciativa, ainda nos primeiros movimentos. Por volta de julho de 2005, o fórum – antes instituição informal – adquiriu personalidade jurídica e se tornou a entidade que assumiria o Banco Solidário de Santana do Acaraú–BASSA, a partir do momento de sua fundação. Destarte, a fundação do BASSA ocorre em novembro de 2005.

Finalmente, nas entrevistas realizadas para esta pesquisa foi posto que não existe a intenção de trabalhar com linhas de crédito nos próximos dois anos, já que o BASSA tem como público-alvo os assentados da reforma agrária e estes têm a sua disposição as linhas de crédito do PRONAF, com políticas de carência, limites e juros mais atraentes para o agricultor

familiar. Dentre os produtos que o BASSA pretende trabalhar, a partir de fevereiro de 2006, estão a moeda social local (Santana\$) para o pagamento dos funcionários do sindicato de trabalhadores rurais e de parte dos produtos vendidos pelos assentados no programa da merenda escolar. Além disso, a Santana\$ servirá para intermediar as trocas entre assentados e entre assentamentos tanto no dia-a-dia quanto nas Feiras de Produtores da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária. Este é um outro serviço que o BASSA pretende oferecer.

Tabela 5 – Perfil do BASSA

Organização gestora	Fórum de Assentamentos de Santana de Acaraú
Tempo de existência	01 ano (desde novembro de 2005)
Equipe	Gerente de crédito, 02 agentes de crédito.
Número de clientes ativos	00
Principais serviços	Moeda social; e, Feiras de produtores da agricultura familiar e da reforma agrária.
Moeda social	Santana\$
Montante em circulação	Santana\$ 2.000,00
Área de abrangência	Os 11 assentamentos da reforma agrária de Santana do Acaraú
Principais parceiros	INCRA-CE/MDA, Terra Três, SEBRAE-CE, Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, Instituto Banco Palmas e SENAES/MTE.

Antes de se passar para a seção das considerações finais deste artigo, convém destacar que estes bancos visitados, outros já implantados e os que ainda se constituirão devem integrar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários cujos propósitos são consolidar a metodologia de bancos comunitários, facilitar o intercâmbio de experiências e permitir uma negociação em bloco e em larga escala de ações e parcerias que fortaleçam o movimento de bancos comunitários enquanto política pública. A seguir serão apontadas as considerações finais.

5. Considerações Finais

Nesta seção serão fundamentados os comentários quanto aos resultados da validação dos dados obtidos, que por sua vez é alcançada a partir da triangulação entre as informações retiradas das entrevistas, análises da documentação que tivemos acesso e observações realizadas no campo. Portanto, serão relatados, com criticidade, os efeitos da avaliação e das visitas seguida das devidas recomendações.

Antecipadamente, entendeu-se que o Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários foi extremamente oportuno e chegou-se a esta constatação no instante em que se percebe uma série de ações e parcerias entre as organizações que gerenciam os bancos comunitários que ocorrendo nos ultimo meses de 2005 e primeiro semestre de 2006. Em outras palavras, este projeto funcionou como um amplificador das parcerias e como catalisador de esforços para tornar os bancos comunitários uma referência de política de incentivo a geração de trabalho e renda para populações excluídas socialmente.

Ao se investigar *Os Bancos Comunitários como Instrumento de Desenvolvimento Socioeconômico de Territórios*, com base nos objetivos específicos do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários, comprovou-se que todos se não foram totalmente atendidos, estão em processo de finalização. Em relação a sistematização do conceito e modo de operação dos Bancos Comunitários, ocorreu o 1º Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (que iniciou este processo, em 14 de janeiro de 2006). Para concluir a sistematização e delimitação conceitual e consolidar o modelo operacional dos Bancos Comunitários acontecerá o 2º Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (em abril de 2007), mas isto não será tratado neste artigo, fazendo parte da segunda fase da investigação *Avaliação dos Impactos da Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Territorial no Estado do Ceará*.

Destarte, quando se reflete sobre um processo de gestão que envolva os proprietários do banco e provoque com que eles se apropriem Banco Comunitário, verifica-se que isso ocorreu na capacitação de agentes e gerentes de crédito; na sensibilização das comunidades e na criação de uma Rede de Bancos Comunitários; e ao se incentivar a adesão de outras instituições que atuam com microfinanças para se envolverem com o projeto (Banco Palmas com o Banco Popular do Brasil, a parceria da CESE e o Banco Serrano, a assessoria do BASSA com a Terra Três, entre outras)

De modo conclusivo, se o principal propósito era – como diz o título do próprio projeto - apoio à organização de bancos comunitários, as análises e descrições presentes neste artigo confirmam que o projeto foi extremamente bem realizado e que atingiu suas expectativas, segundo afirmações dos entrevistados e observações desta investigação. Em outras palavras, os Bancos Comunitários podem ser considerados uma modalidade *sui generis* de ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. Finalmente, como recomendação para trabalhos futuros fica a necessidade de uma sistematização conceitual para, cientificamente, se estabelecerem os significados dos Bancos Comunitários.

6. Referências Bibliográficas

FRANÇA FILHO, Genauto C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19. jun. 2002.

_____. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. **In: ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS**. 2, 18-20 de abril de 2007, Fortaleza, Ceará, 2007.

_____; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

IPDC – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza**. Fortaleza: IPDC/FECOMERCIO, 2006. set. 2006.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org.). **Bairros pobres – ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza: Lamparina, 2003.

_____; _____. **Banco comunitário e cooperativa de crédito: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

SENAES. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. **In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL**, 10, 11-13 de dezembro de 2006, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, 2006.

_____; FRANÇA FILHO, Genauto C. Fato associativo e economia solidária: a experiência do banco palmas no Ceará. **In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL**, 9, 15-19 de junho de 2003, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, 2003.

REDES de Bancos Comunitários. **Banco comunitário: serviços solidários em rede**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006a.

_____. **Memória das reuniões da rede na I mostra de cultura e economia solidária**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, mai. 2006. 2006b.